

Relatório sobre o

**RESPEITO PELOS
DIREITOS HUMANOS
EM PORTUGAL**

-- 2009 --

De acordo com a divulgação efectuada pela
Divisão da Democracia, Direitos Humanos e Trabalho do
Departamento de Estado dos E.U.A.

11 de Março de 2010

RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS

EM PORTUGAL

Portugal, com uma população de aproximadamente 10,7 milhões de indivíduos, incluindo os arquipélagos dos Açores e da Madeira, é uma democracia constitucional com um Presidente da República, um primeiro-ministro e um parlamento eleitos em eleições multipartidárias. As eleições parlamentares de Setembro de 2009 foram livres e justas. As autoridades civis exerceram, na generalidade, controlo efectivo das forças de segurança.

Foram relatados problemas de direitos humanos em algumas áreas. Registaram-se alguns casos em que a polícia e os guardas prisionais espancaram e cometeram abusos sobre os reclusos e em que menores presos foram alojados juntamente com adultos, as condições nas prisões mantiveram-se precárias e houve casos em que reclusos não tiveram direito efectivo a advogado. Outros problemas incluem a violência contra mulheres e crianças, discriminação contra mulheres bem como tráfico para exploração laboral e sexual.

RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS

Secção 1

Respeito pela Integridade da Pessoa Humana, incluindo a Liberdade Relacionada com os Seguintes Aspectos:

a. Privação Arbitrária da Vida ou Contrária ao Direito

Não houve registos de privação arbitrária da vida ou contrária ao Direito cometida pelo Governo ou pelos seus agentes. No entanto, e de acordo com a comunicação social, durante o ano duas pessoas foram mortas pelas forças de segurança.

b. Desaparecimentos

Não houve registo de desaparecimentos por motivos políticos.

c. Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes

A Constituição e a lei proíbem tais práticas; no entanto, houve relatos credíveis sobre o uso desproporcionado de força pela polícia e de maus tratos ou abuso pelos guardas prisionais em relação a reclusos.

A 19 de Março de 2009, o Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e Tratamento Desumano ou Degradante (CPT) divulgou um relatório com as conclusões de uma equipa de inspetores do CPT que visitou Portugal em Janeiro de 2008. Nesse relatório consta que a delegação detectou queixas de agressões a detidos pelas autoridades de segurança, que incluem bofetadas, murros e agressões com objectos como cassetetes e listas telefónicas, alegações de intimidação verbal e uma ameaça específica com uma arma de fogo. A equipa de inspetores relata que encontrou uma grande quantidade de objectos atípicos tais como bastões de basebol, uma pistola de plástico, bastões extensíveis e mocas nas salas de interrogatório. O relatório regista não haver razão legítima para tais objectos se encontrarem naqueles locais. A equipa do CPT constatou que parece não se manter a tendência para a redução de queixas registada após as suas inspecções de 1999 e 2003.

Houve relatos credíveis, incluindo na comunicação social, sobre comportamentos lesivos dos direitos fundamentais por parte de alguns membros das forças de segurança. Durante o ano, a IGAI investigou novos relatos de maus tratos e abuso pela polícia e por guardas prisionais. As queixas relacionavam-se com agressões, ameaças com armas de fogo, uso excessivo de força, detenções ilegais e abuso de poder. As queixas foram na sua maioria contra a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Guarda Nacional Republicana (GNR) – 411 e 482, respectivamente, em 2008, ano a que se referem as estatísticas mais recentes. Cada queixa é investigada pela IGAI e as penas para os agentes condenados por terem cometido

abusos vão desde a suspensão temporária do exercício de funções a penas efectivas de prisão. Durante 2008, foram efectuadas 1.018 investigações contra elementos das forças de segurança. Os castigos impostos incluem a repreensão escrita, a suspensão temporária do exercício de funções, a pena efectiva de prisão, a reforma compulsiva com perda de uma percentagem da pensão e a separação de serviço.

Condições de Prisões e Centros de Detenção

As condições nas prisões continuaram precárias e houve alguns casos de maus tratos pelos guardas sobre os prisioneiros. Aos problemas existentes acresce a sobrelotação das prisões, instalações inadequadas, más condições sanitárias e violência entre os reclusos.

No seu relatório de 19 de Março, a equipa do Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e Tratamento Desumano ou Degradante indica ter recebido várias alegações de agressões físicas a reclusos por parte de funcionários da prisão de alta segurança de Monsanto e da prisão central de Coimbra e, em menor número, da prisão central do Porto. As acusações incluem murros, pontapés e agressões com cassetetes a reclusos após terem sido fisicamente controlados. Em alguns casos os reclusos necessitaram de assistência médica. Num caso, um recluso na Prisão de Alta Segurança de Monsanto alegou ter sido atacado em Outubro de 2007 por quatro guardas prisionais que lhe bateram com a cabeça contra uma parede repetidamente até ter ficado semi-inconsciente. A equipa do CPT relatou que os apontamentos transcritos na altura pelo médico da prisão relatam ferimentos condizentes com as alegações do recluso.

Registaram-se altas percentagens de HIV/SIDA e de hepatite C nas prisões do país.

De acordo com a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, a 30 de Setembro de 2009, havia 10.916 reclusos nas prisões portuguesas (94,4% homens e 5,6% mulheres), 90 dos quais jovens entre os 16 e os 18 anos (88 homens e duas mulheres). A capacidade máxima das prisões portuguesas é de 11.921. Actualmente, o sistema prisional está a operar a 91,6% da sua capacidade. Apesar de haver uma prisão para jovens, em Leiria, registaram-se casos em que estes ficaram presos com adultos, em qualquer outra parte do sistema prisional. No seu relatório de 19 de Março de 2009, a equipa do CPT relata que um menor foi alojado durante oito meses com adultos num dormitório na Prisão Regional do Funchal, na Madeira. Detidos em prisão preventiva foram mantidos junto de presos já julgados e condenados.

Durante o ano, o Governo autorizou a visita de observadores independentes tais como o Comité do Conselho da Europa para a Prevenção da Tortura, a Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados e órgãos de comunicação social.

A maioria das orientações e propostas legislativas adoptadas pelo Governo em 2004, com vista à reforma do sistema prisional, não foram postas em prática. No entanto,

registaram-se alguns melhoramentos durante o ano, nomeadamente o decréscimo da taxa de sobrelotação prisional e o aumento da formação de pessoal.

No âmbito da reforma do parque prisional que se vai estender por 5 anos e que arrancou em Agosto de 2008, o governo aprovou a construção de cinco novos estabelecimentos prisionais e iniciou a construção da cadeia de Angra do Heroísmo. Esta reforma visa o reforço da segurança, a melhoria das condições de reclusão, a racionalização dos recursos financeiros e humanos e a melhoria das condições de trabalho dos prestadores de serviços no sistema prisional. O governo anunciou a 24 de Setembro de 2009 a erradicação do balde higiénico nas prisões.

A 12 de Outubro, entrou em vigor o novo código da execução das penas e medidas privativas da liberdade. A lei aumenta os direitos dos reclusos, estabelece um regime aberto no exterior, em que os reclusos poderão trabalhar fora dos estabelecimentos prisionais e visitar as famílias com regularidade, e reforça as competências do tribunal da execução das penas (o tribunal que acompanha e fiscaliza a execução das medidas privativas da liberdade e que se responsabiliza pela reabilitação de reclusos).

d. Detenção ou Prisão Arbitrárias

A Constituição e a lei proíbem a detenção ou a prisão arbitrárias e o Governo, em geral, respeitou estas proibições.

Papel da Polícia e Forças de Segurança

Havia cerca de 50.000 agentes da autoridade no país, incluindo polícias e guardas prisionais. Os Ministérios da Justiça e da Administração Interna são os principais responsáveis pela segurança interna. O Ministério da Administração Interna engloba a Guarda Nacional Republicana (GNR), o Serviço de Fronteiras e Estrangeiros (SEF) e a Polícia de Segurança Pública (PSP). O SEF gere toda a actividade relacionada com os estrangeiros e as fronteiras. A PSP exerce a sua função dentro das cidades e a GNR tem jurisdição fora das áreas metropolitanas. A Polícia Judiciária (PJ) é responsável por investigações criminais e é tutelada pelo Ministério da Justiça.

O Parlamento nomeia um Provedor para, juntamente com a IGAI, investigar as queixas apresentadas por alegados maus tratos policiais; no entanto, organizações não governamentais (ONGs) têm vindo a criticar a lentidão das investigações e a falta de uma entidade independente para fiscalizar a IGAI e o Ministério da Administração Interna. Não houve indicações de que a corrupção fosse um problema generalizado.

Detenção e Prisão

A Constituição e a lei contemplam regras precisas e claras sobre todos os aspectos relacionados com a detenção e prisão de indivíduos, tendo as autoridades de modo geral seguido essas normas. Um indivíduo só poderá ser detido com um mandado de captura. No entanto, poderão ocorrer detenções sem mandado, pelas forças de segurança ou por cidadãos comuns, quando existe causa provável de que um crime foi ou está a ser cometido ou quando a pessoa a ser detida é um réu condenado foragido ou um suspeito que fugiu à custódia policial.

No sistema legal do país, o Juiz de Instrução Criminal é a figura central, cabendo-lhe ordenar investigações em casos de crimes graves ou inquéritos complexos. Como elementos judiciais, são independentes e fora do âmbito do poder executivo. Não pertencem ao Ministério Público, tutelado pelo Ministério da Justiça. Nos termos da lei, cabe ao Juiz de Instrução Criminal decidir se um determinado suspeito deve permanecer detido, ser libertado sob fiança ou libertado de imediato. Ninguém pode ficar detido por mais de 48 horas sem que seja apresentado a um Juiz de Instrução Criminal. A detenção para investigação (prisão preventiva) não pode ser superior a quatro meses por cada um dos crimes sob suspeita. Se, dentro desse período, não for apresentada uma acusação formal contra o suspeito, este deve ser libertado. Nos casos de crimes graves, como homicídio ou assalto à mão armada, ou ainda crimes envolvendo mais do que um suspeito, a prisão preventiva pode prolongar-se até 18 meses ou, em circunstâncias extraordinárias e por decisão do Juiz, até 3 anos. Um suspeito em prisão preventiva tem de ser apresentado a julgamento no prazo de 14 meses após dedução da acusação. Se o suspeito não estiver detido, não há um período específico dentro do qual ele deva ser levado a julgamento. Um detido tem direito a advogado a partir do momento da detenção mas os polícias nem sempre informaram os detidos deste direito. Se necessário, o Governo custeia as despesas legais.

A caução existe nos termos da lei, não existindo o conceito de obrigação de fiança pessoal (*recognizance*). A libertação de um detido é sujeita a vários condicionalismos legais, dependendo da gravidade do crime cometido.

No relatório de 19 de Março, a equipa do CPT declara que poucos detidos têm direito efectivo a advogado durante a detenção policial. Embora os registos policiais consultados pela equipa indicassem que os detidos teriam sido informados sobre este direito, um número significativo de detidos queixou-se à equipa de que, na realidade, não tinham recebido esta informação. Em algumas esquadras policiais, a equipa deparou-se com uma "discrepância surpreendente" entre o registo do número de detidos que tinham sido informados e o número que efectivamente exerceu este direito. Na esquadra da PSP da Rua André de Resende, em Benfica, a equipa constatou que, de entre 438 detidos em 2007, apenas oito contactaram um advogado e 50% contactou um familiar ou terceiro.

O tempo de prisão antes do julgamento continua a ser um problema. No final de Setembro de 2009, 2.126 indivíduos (19% da população prisional) encontravam-se em prisão preventiva, um aumento face ao ano anterior. O tempo médio das detenções preventivas foi de oito meses; aproximadamente 20% dos presos preventivos estiveram detidos mais de um ano. O longo período de detenção antes do julgamento deve-se maioritariamente a investigações e procedimentos legais morosos, à ineficácia judicial e/ou a falta de pessoal judicial. No caso de um arguido ser declarado culpado, o tempo de prisão preventiva é deduzido da pena legal. Se for declarado inocente, o arguido tem o direito de requerer indemnização.

e. Negação de um Julgamento Público Justo

A Constituição e a lei consagram a existência de um sistema judiciário independente e, na generalidade, o Governo respeitou este preceito constitucional.

Os críticos, incluindo a comunicação social, empresários e observadores judiciais, apontaram para um atraso de pelo menos um ano nos casos pendentes.

Normas de Julgamento

A Constituição consagra o direito a um julgamento justo e um sistema judiciário independente promoveu a aplicação prática e efectiva deste direito. Tribunais de júri, embora raros, poderão ser requeridos para casos criminais. Tanto o procurador do Ministério Público como o arguido podem requerer um tribunal de júri para crimes cuja pena máxima, abstractamente aplicável, seja superior a oito anos de prisão. O tribunal de júri é constituído por três juízes de carreira e quatro cidadãos eleitores. Não existem tribunais de júri em casos civis.

Os arguidos são presumidos inocentes e podem recorrer das decisões. O arguido tem o direito de se aconselhar com um advogado atempadamente e, se necessário, o Governo custeia esta despesa. Os arguidos têm o direito de confrontar ou interrogar as testemunhas que lhe são contrárias, de apresentar testemunhas e de ter acesso a provas em poder do Governo que sejam relevantes para os seus casos. Os julgamentos são públicos. Estes direitos foram geralmente respeitados na prática.

Em 2008, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) condenou o Estado Português por quatro violações do direito a julgamento justo e uma violação relativamente ao tempo de processo judicial, segundo o artigo 6º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Presos Políticos

Não houve registos de presos políticos.

Procedimentos e Soluções Judiciais Cíveis

Existe um sistema judiciário independente e imparcial em matérias cíveis. Os cidadãos têm acesso a tribunais a fim de resolverem casos de danos sofridos pela violação de direitos humanos. Há soluções administrativas e judiciais para alegados danos.

Em 2008, o TEDH condenou o Estado Português por uma violação do direito a recurso efectivo, segundo o artigo 13º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

f. Violação da Reserva de Intimidade da Vida Privada ao Nível da Família, do Lar e da Correspondência

A Constituição e a lei proíbem tais práticas e, na generalidade, o Governo respeitou tal proibição.

Secção 2

Respeito pelas Liberdades Cívicas, incluindo:

a. Liberdade de Expressão e de Imprensa

A Constituição e a lei consagram a liberdade de expressão e a existência de uma imprensa livre e o governo, de um modo geral, respeitou estes direitos. Uma imprensa livre e independente, um sistema judiciário efectivo e a existência de um sistema político democrático funcional conjugam-se para assegurar esta efectiva liberdade de expressão e de imprensa. Segundo a Federação Europeia de Jornalistas, o Estatuto do Jornalista obriga os jornalistas a divulgarem informação confidencial e fontes em casos criminais. O Estatuto do Jornalista não foi, por enquanto, invocado ou testado.

Em 2008, o TEDH condenou o Estado Português por duas violações do direito de liberdade de expressão, segundo o artigo 10º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Liberdade da Sociedade da Informação

Não há qualquer limitação do governo no acesso à Internet nem relatos de que o governo tenha controlado correio electrónico ou salas de chat. Indivíduos e grupos podem expressar livremente as suas opiniões através da Internet, inclusive através do uso de correio electrónico. De acordo com estatísticas da União Internacional de Telecomunicações para 2008, aproximadamente 42% da população utilizou a Internet.

Liberdade Académica e Eventos Culturais

O governo não aplicou quaisquer restrições à liberdade académica ou a eventos culturais.

b. Liberdade de Reunião e Associação

A Constituição e a lei consagram a liberdade de reunião e associação e o Governo, de um modo geral, respeitou a prática destes direitos.

c. Liberdade Religiosa

A Constituição e a lei consagram a liberdade religiosa e o Governo, de um modo geral, respeitou este direito e a sua efectivação prática.

A lei consagra um quadro legal para as religiões estabelecidas no país há pelo menos 30 anos ou que sejam internacionalmente reconhecidas há pelo menos 60 anos. As religiões que se enquadram num ou noutro destes critérios recebem benefícios tais como isenção de impostos, reconhecimento legal para celebrar casamentos e outros ritos, autorização da visita de capelães a hospitais e estabelecimentos prisionais e respeito pelos feriados religiosos tradicionais.

A Igreja Católica mantém ainda um acordo independente com o Governo, regido pela Concordata de 1940, que reconhece a personalidade jurídica da Conferência Episcopal Portuguesa e que permite à Igreja Católica receber 0,5% do Imposto sobre Rendimentos que os cidadãos podem doar às várias instituições nas suas declarações de impostos anuais.

A 23 de Setembro, entrou em vigor legislação que permite assistência religiosa por parte de todas as confissões em hospitais, prisões e nas forças armadas e de segurança. Anteriormente, estas posições, financiadas pelo estado, eram reservadas em exclusivo à Igreja Católica.

Abusos Sociais e Discriminação

Existem aproximadamente 3.000 judeus em Portugal. Não existiram actos anti-semitas durante o ano, em parte por o estado não recolher tais dados.

No final do ano, aguardavam julgamento os dois jovens detidos em Setembro de 2007 por alegadamente terem profanado 20 lápides no cemitério judaico em Lisboa.

Para uma discussão mais detalhada, veja o Relatório Internacional sobre Liberdade Religiosa de 2008 em www.state.gov/g/drl/irf/rpt.

d. Liberdade de Circulação dentro do País, Pessoas Deslocadas Internamente, Protecção de Refugiados e Apátridas

A Constituição e a lei consagram os direitos à liberdade de circulação dentro do país, a viagens ao estrangeiro, à imigração e ao repatriamento e o Governo, em geral, respeitou-os. O Governo cooperou com o Alto Comissariado da ONU para os Refugiados e outras organizações humanitárias na protecção e assistência a refugiados, a refugiados que regressam, aos que buscam asilo, aos apátridas e a outros.

A lei proíbe o exílio forçado e o Governo não utilizou esta prática.

Protecção de Refugiados

O país é signatário da Convenção da ONU de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados bem como do seu Protocolo de 1967. A lei consagra a aplicação do direito de asilo ou do estatuto de refugiado e o Governo criou, inclusive, um sistema que garante protecção aos refugiados.

Na prática, o Governo ofereceu protecção contra o repatriamento de pessoas para países onde possam temer pela vida ou liberdade devido à sua raça, religião, nacionalidade, inserção num grupo social específico ou opinião política. O Governo concedeu o estatuto de refugiado ou asilado.

Para além dos refugiados e candidatos a asilo político, o Governo concede, ainda, protecção temporária a indivíduos que não se classificam como refugiados ao abrigo da Convenção de 1951 ou do respectivo Protocolo de 1967. Em 2008, o governo concedeu protecção humanitária a 73 pessoas e a 36 pessoas no primeiro semestre de 2009. Em 2008, foi concedido o estatuto de asilado a 14 indivíduos e a três indivíduos no primeiro semestre de 2009.

Secção 3

Respeito pelos Direitos Políticos: o Direito dos Cidadãos a Mudar o seu Governo

A Constituição e a lei concedem aos cidadãos o direito de mudarem pacificamente o seu Governo e os cidadãos exerceram este direito na prática através de eleições periódicas livres e justas, realizadas com base no sufrágio universal.

Eleições e Participação Política

Foram realizadas a 27 de Setembro eleições legislativas livres e justas. Os partidos políticos funcionaram sem restrições ou interferências externas.

Foram, igualmente, realizadas a 7 de Junho eleições para o Parlamento Europeu livres e justas.

Entre os 230 membros do Parlamento, havia 56 mulheres e dos 17 elementos do executivo cinco eram mulheres. Havia um membro de uma minoria no Parlamento; nenhum no Governo.

Secção 4 - Corrupção e Transparência do Governo

A Constituição e a lei penalizam a corrupção governamental e o governo geralmente aplicou estas leis eficazmente. Não houve denúncias de corrupção do governo ao longo do ano, contudo houve relatos através da comunicação social sobre corrupção envolvendo entidades a nível municipal.

Os casos com maior destaque envolveram os presidentes de câmara Fátima Felgueiras, Valentim Loureiro e Isaltino Morais. Em Novembro de 2008, Fátima Felgueiras (PS) foi condenada a 3 anos e 3 meses de prisão, com pena suspensa por igual período, e perdeu o mandato como Presidente da Câmara de Felgueiras. Candidatou-se novamente nas eleições municipais de 11 de Outubro e foi derrotada. Valentim Loureiro, Presidente da Câmara Municipal de Gondomar (PSD) e Presidente da Liga Portuguesa de Futebol Profissional, foi acusado de corrupção e suborno a árbitros do futebol português. A 18 de Julho foi condenado a 3 anos e 2 meses de prisão, com pena suspensa por igual período. Foi reeleito Presidente da Câmara Municipal de Gondomar nas eleições de 11 de Outubro. A 3 de Agosto, Isaltino Morais, Presidente da Câmara Municipal de Oeiras (PSD), foi condenado a 7 anos de prisão por fuga aos impostos, abuso de poder, corrupção e branqueamento de capitais. Recorreu da sentença e, no final do ano, aguardava decisão judicial. A 11 de Outubro foi reeleito presidente da Câmara Municipal de Oeiras.

As entidades públicas estão sujeitas a leis sobre quebra de sigilo bancário. A Direcção Central de Investigação da Corrupção e Criminalidade Económica e Financeira (DCICCEF) é a entidade governamental responsável pelo combate à corrupção.

A Constituição e a lei prevêm a liberdade de acesso público à informação governamental e o Governo providenciou esta informação, na prática, a cidadãos e não cidadãos, incluindo à comunicação social estrangeira.

Secção 5

Atitude do Governo face à Investigação Internacional e Não Governamental de Alegadas Violações dos Direitos Humanos

Várias organizações nacionais e internacionais de direitos humanos exerceram a sua actividade sem sofrer quaisquer constrangimentos oficiais, investigando e publicando os

dados compilados sobre direitos humanos. As autoridades governamentais foram cooperantes e tomaram em consideração os seus pontos de vista.

O país tem um Provedor de Justiça independente, responsável pela defesa dos direitos humanos, liberdades, privilégios e direitos legítimos de todos os cidadãos. O Provedor de Justiça actuou com independência e com a colaboração do governo. Dispôs de recursos adequados e publicou relatórios anuais e especiais sobre assuntos como os direitos da mulher, o sistema prisional, o sector da saúde e os direitos da criança e do idoso.

A Assembleia da República tem uma Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, que trata de assuntos relacionados com direitos humanos. Esta comissão redige projectos de lei e petições que apresenta à Assembleia da República para aprovação. Durante o ano, entrou em vigor nova legislação sobre áreas como o reforço da protecção de vítimas de crime, medidas de combate à discriminação contra dadores de sangue homossexuais e bissexuais e revisões ao Código Penal relativamente à corrupção.

Secção 6

Discriminação, Abuso Social e Tráfico de Seres Humanos

A Constituição e a lei proíbem qualquer forma de discriminação com base na raça, no género, na deficiência, na língua ou na condição social. O governo promoveu a aplicação prática e efectiva destas proibições.

Mulheres

Nos termos da lei, a violação, incluindo a violação pelo cônjuge, é uma prática ilegal e o Governo promoveu a aplicação prática e efectiva da lei em casos em que a vítima apresentou queixa formal e o caso não foi resolvido fora do sistema judicial, por advogados mediadores. Durante o ano de 2008, foram registados pela Associação de Apoio à Vítima (APAV) 193 casos de violação, 132 dos quais relacionados com violência doméstica. (A APAV é uma organização não governamental sem fins lucrativos que proporciona ajuda gratuita na base da confidencialidade e apoio a vítimas de qualquer tipo de criminalidade em todo o país.) Em 2007, foram registados 212 casos de violação (160 ligados a violência doméstica).

A violência doméstica e outras formas de violência exercida contra as mulheres continuaram a ser um problema. A pena aplicável em casos de violência contra mulheres pode atingir os 10 anos de prisão, em função da gravidade do crime. A Estrutura de Missão Contra a Violência Doméstica (EMCVD) lançou uma campanha nacional contra a violência doméstica, ofereceu formação a profissionais de saúde, propôs legislação para melhorar a assistência legal às vítimas, aumentou o número de casas de abrigo para vítimas de violência doméstica e assinou protocolos com governos locais para assistência a vítimas. O governo incentivou a denúncia de casos de violência doméstica por mulheres

vítimas deste crime e garantiu-lhes protecção contra os agressores. Adicionalmente, legislação recente estipula que casos de violência doméstica possam ser denunciados por terceiros.

Dos 16.832 casos de violência contra mulheres registados pela Associação de Apoio à Vítima (APAV) durante 2008, 90% envolvem violência doméstica. Durante o primeiro semestre de 2009, a APAV registou 8.496 casos de violência doméstica. De acordo com organizações não-governamentais e a comunicação social, houve 43 mortes de Janeiro a Novembro de 2008 e 25 mortes durante o mesmo período de 2009.

A lei prevê penas criminais em casos de violência exercida pelo cônjuge e o sistema judiciário promoveu a acusação contra pessoas que abusaram de mulheres; no entanto, um sistema tradicional ainda muito agarrado a valores sociais de predominância masculina desencoraja muitas mulheres violentadas de apresentarem queixa através do sistema judiciário. De acordo com o Ministério da Justiça, em 2008 houve 2.430 julgamentos relacionados com violência doméstica e 1.157 condenações.

A Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM) tem uma rede nacional de 14 casas de abrigo para apoio a vítimas de violência doméstica bem como um serviço de informação (linha verde) a funcionar todos os dias da semana, 24 horas por dia. Nas casas de abrigo, as vítimas recebem alimentação, alojamento e assistência na saúde e jurídica.

A prostituição não é criminalizada em Portugal e é uma prática corrente. Foram relatados casos de violência contra prostitutas. À face da lei, são considerados ilegais o proxenetismo e a exploração de bordéis, sujeitos a pena de prisão até cinco anos, ou até oito anos se for usada violência ou outras ofensas estipuladas no código penal.

O assédio sexual é definido como crime se cometido por um superior hierárquico no local de trabalho. A pena vai de dois a três anos de prisão. As penas aplicadas em casos de assédio sexual no local de trabalho poderão atingir os oito anos de prisão.

A Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), que integra representantes do Governo, das organizações patronais e dos sindicatos, tem poderes para analisar – mas não para tratar – queixas de assédio sexual. As denúncias de casos de assédio sexual aumentaram. Em 2007, mais de 300 casos de assédio sexual foram registados pela Inspeção Geral do Trabalho (IGT); em três destes casos, os acusados foram demitidos dos postos de trabalho.

Os casais e indivíduos têm o direito de decidir livremente e com todo o conhecimento de causa, sobre o número e o espaçamento dos nascimentos dos seus filhos, e de ter acesso à informação, à educação e aos meios necessários para permitir o exercício destes direitos, livres de discriminação, coerção e violência. Houve acesso fácil à contracepção e

à assistência qualificada durante o parto. As mulheres receberam a mesma qualidade de serviços prestada aos homens no diagnóstico e tratamento de infecções sexualmente transmitidas, incluindo HIV/SIDA. De acordo com estimativas de organizações internacionais, registaram-se 11 mortes de parturientes por 100.000 partos de nados vivos em 2005, ano a que se referem as estatísticas mais recentes.

O Código Civil consagra a plena igualdade de direitos entre homens e mulheres; no entanto, na prática as mulheres continuam a sofrer várias formas de discriminação, nomeadamente económica. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), no segundo trimestre de 2009 as mulheres representavam 47% da população activa e estão cada vez em maior número nas áreas de negócios, ciências, educação e profissões liberais, embora auferam salários inferiores aos dos homens em cerca de 23%.

O novo governo resultante das eleições legislativas de Setembro 2009 criou a nova posição de Secretária de Estado da Igualdade para tutelar várias áreas, incluindo discriminação económica e a integração das mulheres na sociedade.

Crianças

A cidadania é atribuída através do local do nascimento (*jus soli*) ou da nacionalidade dos seus pais (*jus sanguinis*).

O abuso de crianças constituiu um problema. A APAV registou 622 casos de crimes praticados contra menores (com menos de 18 anos de idade) durante o ano de 2008, aproximadamente 88% dos quais relacionados com violência doméstica.

No final do ano estavam ainda pendentes as conclusões finais e veredictos do julgamento mediático, iniciado em Novembro de 2004, do caso de pedofilia da Casa Pia.

Registaram-se casos de pais ciganos que utilizam os filhos para mendigar.

Tráfico de Seres Humanos

A lei proíbe todas as formas de tráfico de seres humanos; no entanto, há relatos de que terá havido tráfico de pessoas à entrada, saída ou mesmo já dentro do país.

Portugal é principalmente um país de destino, trânsito e origem para mulheres, homens e crianças traficados do Brasil e, em menor grau, da Ucrânia, Moldávia, Rússia, Roménia e África, para fins de exploração sexual e laboral. A maioria das vítimas do Brasil foram traficadas para o fim de exploração sexual. Estas vítimas são tipicamente jovens entre os 18 e 24 anos com baixo nível de escolaridade; são na maioria imigrantes legais com documentação e vistos válidos. Os traficantes destas mulheres usam frequentemente Portugal como país de trânsito para outros destinos da União Europeia. Os homens de

países de leste foram alegadamente traficados para fins de exploração laboral. De acordo com um relatório da Organização Internacional do Trabalho, homens portugueses foram traficados para a Europa Ocidental para fins de exploração laboral. Muitos dos menores traficados são filhos de pais ciganos que os utilizam para mendigar. Em 2008, foram registados 231 casos de tráfico humano; 41 destes casos foram confirmados, estando os restantes sobre investigação.

Alegadamente, são grupos de criminalidade organizada oriundos da Moldávia, Rússia e Ucrânia que dirigem a maior parte das operações de tráfico de seres humanos oriundos da Europa de Leste. É frequente os traficantes exigirem um pagamento adicional às suas vítimas bem como uma participação nos proventos auferidos após a sua chegada ao país, muitas vezes sob a ameaça de agressão física. Retêm, com frequência, os documentos de identificação das suas vítimas e ameaçam a integridade física dos seus familiares que ficaram no país de origem.

O novo Código Penal, em vigor desde Setembro de 2007, criminaliza explicitamente o tráfico de seres humanos para exploração sexual ou laboral e aumenta as penas para ambos os crimes. A pena para tráfico de seres humanos é de 12 anos de prisão mas durante o ano a maioria dos condenados receberam penas suspensas de prisão.

O governo continuou a colaborar com outras entidades policiais europeias em investigações de tráfico de seres humanos.

O governo deu subsídios às vítimas de tráfico para receberem abrigo, emprego, educação, acesso a serviços de saúde e auxílio para a reunificação de famílias. O governo atribuiu, igualmente, autorizações de residência a muitas vítimas de tráfico embora a maioria tenha sido repatriada voluntariamente. Algumas organizações não-governamentais colaboraram com o governo na monitorização e reintegração de vítimas de tráfico através de assistência legal, económica e social. As vítimas inicialmente detidas foram posteriormente entregues a organizações não-governamentais para efeitos de protecção e assistência. O governo mantém dois Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI), em Lisboa e Porto, e 78 Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII) por todo o país, que oferecem aos imigrantes, incluindo vítimas de tráfico, informação em várias línguas e assistência.

Durante o ano, o Governo patrocinou campanhas de informação destinadas ao combate ao tráfico de seres humanos. Os canais públicos de televisão (RTP e RTP2) emitiram vários programas de carácter pedagógico, dirigidos ao público em geral, incluindo potenciais vítimas de tráfico e clientes. Um sistema de monitorização do tráfico de seres humanos, estabelecido pelo Ministério da Administração Interna, auxilia o governo a combater mais eficazmente o fenómeno.

O relatório anual do Departamento de Estado sobre tráfico de seres humanos poderá ser consultado através do portal www.state.gov/g/tip.

Pessoas com Deficiência

A lei proíbe a discriminação contra pessoas com deficiência no emprego, na educação, no acesso a cuidados de saúde ou na provisão de quaisquer outros serviços do Estado e o Governo procedeu eficazmente no cumprimento destas normas. A lei obriga à adopção de medidas tendentes a proporcionar a estes cidadãos o acesso a edifícios públicos e, em geral, o Governo tem posto estas medidas em prática; no entanto, a legislação que trata deste domínio não abrange as empresas privadas e outros departamentos não oficiais.

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social tutela o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, responsável pela protecção, formação profissional, reabilitação e integração de pessoas com deficiências e pela implementação da respectiva legislação.

Abusos Sociais, Discriminações e Actos de Violência Baseados em Orientação Sexual e Identidade do Género

Não se registaram casos de violência social nem de discriminação baseada na orientação sexual, no emprego, na habitação, na ausência de estado ou no acesso à educação e saúde.

Outros Tipos de Violência Social ou Discriminação

Não se registaram casos de violência social nem de discriminação contra pessoas com HIV/SIDA.

Secção 7 **Direitos dos Trabalhadores**

a. O Direito de Associação

A lei concede aos trabalhadores o direito a criar ou aderir a sindicatos sem autorização prévia ou requerimentos excessivos e estes direitos, na prática, foram exercidos; no entanto, membros das forças armadas e algumas polícias não se enquadram neste quadro legislativo. Cerca de 35% do total da força de trabalho está sindicalizada. A lei permite aos sindicatos exercerem a sua actividade sem interferências e o Governo protegeu o exercício deste direito.

A lei prevê, ainda, o direito à greve e os trabalhadores exerceram este direito sem restrições. Se ocorrer uma greve prolongada em sectores vitais como justiça, saúde,

energia ou transportes, o Governo pode ordenar aos grevistas o regresso ao trabalho por um período específico de tempo (através do instituto da requisição civil). O Governo raramente tem lançado mão desta prerrogativa. Polícias e membros das forças armadas não podem fazer greve mas têm sindicatos e organizações representativas que actuam no respeito pela lei.

b. O Direito à Organização e Negociação Colectiva

A constituição e o código laboral reconhecem e protegem o direito à negociação colectiva e o Governo protegeu o exercício deste direito. Os sindicatos exerceram a sua actividade sem interferências. Não se registaram casos de discriminação anti-sindical.

Existem duas zonas económicas exclusivas nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores. Não existem leis especiais nem isenções à legislação laboral nas zonas de processamento de exportações.

c. Proibição de Trabalho Forçado ou Coercivo

A lei proíbe o trabalho forçado e coercivo, incluindo o das crianças; no entanto, há registo de mulheres, homens e crianças traficadas para o país para exploração laboral e de mulheres traficadas para exploração sexual. Houve mulheres, a maioria oriundas do Brasil, sujeitas a condições de prostituição forçada. Embora muitas tenham inicialmente consentido trabalhar como prostitutas e tenham entrado no país legalmente, à chegada foram alojadas em quartos ou apartamentos e foram-lhes confiscados os documentos. Homens oriundos da Europa de Leste (maioritariamente da Ucrânia, Moldávia, Rússia e Roménia) e de países da África lusófona foram, através de fraude, coerção e servidão por dívidas, sujeitos a condições de trabalho forçados nas áreas da agricultura e construção civil. De acordo com as autoridades de segurança e ONGs, entre 50 a 100 menores de etnia cigana entraram em Portugal através de redes familiares que os utilizam para mendigar.

O Código Penal prevê uma pena de 5 a 15 anos de prisão para o crime de escravidão e de um a 8 anos de prisão pela prática de lenocínio agravado (utilizando violência, manobra fraudulenta, ardil ou ameaça grave). A pena aplicável em casos de tráfico humano para fins de trabalho forçado é de 3 a 12 anos de prisão. Empregadores que retenham passaportes ou documentos de viagem incorrem em pena de prisão até 15 anos; a pena aplicável a empregadores que alterem contratos laborais sem o consentimento do trabalhador ou que retenham salários com o fim de manter o trabalhador ao seu serviço pode atingir os 12 anos de prisão.

d. Proibição do Trabalho Infantil e Idade Mínima para Trabalhar

Há leis e políticas para proteger as crianças da exploração no local de trabalho, as quais o Governo adoptou eficazmente na prática.

A idade mínima para se começar a trabalhar é de 16 anos. A Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) registou quatro casos de trabalho infantil durante o primeiro semestre de 2009 e seis casos durante 2008. Nos últimos anos, existe no país uma maior consciencialização social acerca do problema do trabalho infantil, maior percepção através de campanhas governamentais e reforço de investigações. Houve, no entanto, registo de que pais ciganos utilizaram filhos menores para mendigar. Em 2008, a Comissão de Peritos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) declarou que as crianças utilizadas para mendigar são particularmente vulneráveis a outras formas graves de trabalho infantil e que, embora raros, foram registados casos de pornografia infantil.

A entidade governamental responsável pela fiscalização, monitorização e resposta às denúncias de trabalho infantil é a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT). A ACT patrocina e financia o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), cujo objectivo é promover o cumprimento da escolaridade obrigatória pelos menores que passaram por uma situação de exploração de trabalho infantil ou correm esse risco. O programa abrange actualmente 2.500 alunos, maioritariamente masculinos (70,3%), de 16-17 anos (51,2%) e de 13-15 anos (45,8%). O Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social é responsável pela aplicação prática das leis sobre o trabalho infantil e usou eficazmente essa prerrogativa.

e. Condições Aceitáveis de Trabalho

O salário mínimo nacional é acordado através de negociação colectiva entre o governo, o patronato e os sindicatos. Abrange todos os trabalhadores a tempo inteiro a partir dos 18 anos, incluindo trabalhadores rurais e empregadas domésticas, e foi de 450 euros (aproximadamente \$USD 644), o que não proporciona um padrão de vida minimamente condigno para um trabalhador e o seu agregado familiar. No entanto, os controlos mais ou menos apertados no que respeita aos valores das rendas de casa, juntamente com subsídios de alimentação e subsídios de serviços públicos, contribuíram para melhorar o padrão de vida. A maioria dos trabalhadores recebeu salários mais elevados, estimando o Ministério do Trabalho que o salário médio mensal rondasse os € 1.063 (aproximadamente \$USD 1,520), funcionários públicos excluídos.

O número máximo de horas de trabalho por dia é de 10 horas e o número máximo semanal de 40 horas. Há um máximo de 2 horas de trabalho extraordinário por dia e 200 horas de trabalho extraordinário por ano, com um intervalo mínimo de 12 horas de descanso entre dois dias de trabalho. O trabalho suplementar prestado em dia de descanso semanal ou em dia feriado confere ao trabalhador o direito a um acréscimo de

100% da retribuição; o trabalho suplementar prestado em dia normal de trabalho confere ao trabalhador o direito a um acréscimo de 50% da retribuição na primeira hora e 75% nas horas ou fracções subsequentes. O Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social fiscalizou, através dos seus inspectores regionais, o efectivo cumprimento destas normas e fê-lo com eficácia. O trabalho suplementar excessivo não é problema.

Os empregadores são legalmente responsáveis pelos acidentes de trabalho e é-lhes exigido, por lei, que tenham apólices de seguro que cubram esses riscos. A ACT promove a aplicação de padrões de segurança compatíveis com as normas europeias, cabendo-lhe garantir a sua execução. Os inspectores da ACT fiscalizaram suficiente e regularmente estes padrões, tanto de forma pró-activa, de acordo com os regulamentos e agendamentos prévios, como reactivamente em resposta a queixas recebidas. Os resultados das inspecções foram geralmente executados efectivamente, tendo os problemas encontrados resultado em resolução, condenação ou multa. De acordo com a ACT, 53 pessoas morreram nos primeiros sete meses de 2009. Os trabalhadores que sofrem acidentes de trabalho raramente iniciam processos judiciais dado que a maioria está coberta por apólices de seguro que cobrem despesas médicas e de remuneração. Os trabalhadores têm direito a recusar situações que ponham em risco a sua saúde ou a sua integridade física sem comprometerem o direito ao seu posto de trabalho e as autoridades têm promovido a aplicação prática e efectiva deste direito.